



DIREITO ADMINISTRATIVO



Estratégia
OAB

2º SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO DIREITO ADMINISTRATIVO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

O Governador do Estado Beta, visando melhorias na circulação entre os municípios X, Y e Z, busca a ampliação do acesso à rodovia, a fim de projetar o avanço no comércio local. Para tanto, publicou edital de licitação na modalidade Pregão.

A licitação é destinada à obtenção de uma concessão comum de serviço público, que tem por objeto a construção e manutenção de uma rodovia com a capacidade de grande circulação, com benefícios também para os estados vizinhos. No edital, consta um estudo técnico, em que as receitas da concessionária advirão dos valores pagos pelos usuários, por meio de pedágio.

Diversas empresas participaram do certame, tendo sido sagrada como vencedora a empresa concessionária Caminho Sem Fim LTDA, pertencente a David, filho do Presidente da República.

Os veículos de comunicação locais divulgaram manchetes noticiando que o vencedor havia sido consagrado através de troca de apoio financeiro do filho do Presidente da República para a campanha do Governador do Estado Beta, que, por sua vez, planejava candidatura para o cargo de Presidente na próxima eleição, sendo esta uma licitação pré-determinada. Além disso, foi demonstrado que os pedágios pagos pelos usuários não estavam sendo direcionados regularmente à manutenção da rodovia, e foram ainda divulgadas fotos dos buracos sem nenhuma sinalização, prejudicando a segurança de todos que transitavam por lá.

Instaurada investigação, o delegado de polícia do estado Beta obteve, por meio lícito, áudio da conversa travada entre o filho do Presidente da República e o Governador do Estado Beta, que confirma a versão divulgada na imprensa. Ademais, após análise das documentações da contratação, também se verificou que a licitação foi “fraudada” e que os materiais utilizados, como as máquinas de manutenção da pista, eram velhos, defasados e ineficientes para conservação do asfalto.

Guilherme, vereador do município pertencente ao Estado Alpha, procura você para, na qualidade de advogado(a), redigir a peça adequada para anular a licitação. Há certa urgência na obtenção do provimento jurisdicional, tendo em vista que o contrato está em curso e a falta de manutenção da rodovia poderá ocasionar diversos acidentes.

A peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que poderão ser utilizados para respaldar o pleito, inclusive quanto à legitimidade do demandante. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação. (Valor: 5,00)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO DISCURSIVA 01

O município X, em razão das fortes chuvas e enchentes que ocorreram na região, e da urgência que caso requer, pretende desapropriar por utilidade pública um imóvel para que seja construído um edifício para os desabrigados.

O local escolhido mais adequado pertence a uma determinada pessoa pública, o que levou o caso à grande repercussão na imprensa. Diante desta situação, para sanar as dúvidas pertinentes ao tema, a empresa jornalística Y consulta você, para que, na qualidade de advogado, responda tais questionamentos.

A) Na hipótese comprovada de urgência e interesse público, a imissão provisória da posse poderá ocorrer, sem o depósito do valor do bem? [0,60]

b) A fase executória da desapropriação poderá ser promovida por concessionários de serviço público? [0,65]

Necessário que o candidato justifique a sua resposta. A mera menção ou transcrição do dispositivo legal não pontua.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO DISCURSIVA 02

No ano de 2020, o prefeito do município X contratou a Empresa Y para o fornecimento do aluguel de 200 respiradores, com o valor mensal de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) cada máquina respiratória, para o uso em hospitais públicos direcionados aos internados com quadros graves ocasionados pelo COVID-19.

Passados 2 anos da assinatura do contrato, o Tribunal de Contas do Estado verificou que os valores dos respiradores foram superfaturados.

O órgão julgador do processo administrativo contra o prefeito do município X não considerou as circunstâncias práticas à época do ocorrido, nem mesmo constou expressamente as suas consequências jurídicas e administrativas, invalidando assim o contrato de aluguel dos respectivos respiradores.

A respeito do narrado, na qualidade de advogado, responda fundamentadamente sobre o tema:

A) Ainda que possa causar prejuízo aos administrados, a interpretação pelo órgão julgador deverá considerar as dificuldades reais do gestor à época do contrato? [0,60]

B) Ao constatar que os respiradores estavam alugados por uma quantia maior, o órgão julgador poderia invalidar sem indicar de modo expresse as suas consequências jurídicas e administrativas? [0,65]

Necessário que o candidato justifique a sua resposta. A mera menção ou transcrição do dispositivo legal não pontua.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO DISCURSIVA 03

O Governador do Estado X observou que o prédio pertencente à União Federal, onde aconteciam as provas práticas para habilitação veicular, completaria 100 anos de inauguração nos próximos dias. Como o prédio fica à beira-mar e possui mirante turístico, sendo local de grande fluxo de pessoas constantemente, estava deteriorando.

O Governador do Estado X pretende que o imóvel seja preservado e mantido inalterado, com o intuito de manter o patrimônio turístico. Logo, resolve tombá-lo pertencente à União Federal, afim de reparar as deteriorações e aumentar o fluxo de renda estadual.

A respeito do narrado, na qualidade de advogado, responda fundamentadamente sobre o tema:

A) No caso em comento, poderá o Governador do Estado X realizar o tombamento na propriedade da União Federal? [0,65]

B) Caso a União Federal se recuse a anuir o tombamento, poderá o Governador do Estado X tombá-lo bem compulsoriamente? [0,60]

Necessário que o candidato justifique a sua resposta. A mera menção ou transcrição do dispositivo legal não pontua.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO DISCURSIVA 04

A Sociedade Empresária W, investigada pelo Ministério Público por corrupção, vem prejudicando a investigação e fiscalização por parte de órgãos regulamentadores para dificultar o trabalho do parquet.

Com isso o Ministério Público deseja firmar um acordo de leniência para que a empresa colabore em prol da justiça. Sabe-se, ainda, que a Sociedade Empresária W detém informações privilegiadas sobre fraudes em licitações envolvendo diversas outras empresas em vários municípios do estado a que pertence.

Ao saber que poderá ter esse benefício, a Sociedade Empresária W procura você, na qualidade de advogado, para sanar tais questionamentos:

A) O acordo de leniência feito pela empresa a desobriga de reparar o dano em sua integralidade? [0,65]

B) O acordo de leniência proposto pelo Ministério Público interrompe o prazo prescricional? [0,60]

Necessário que o candidato justifique a sua resposta. A mera menção ou transcrição do dispositivo legal não pontua.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amigos, boa sorte no simulado.

Espero que vocês tenham gostado. Abraços,

Igor Maciel



@ProfIgorMaciel